

3 MAR 1960

Educar para quê?

A ESCOLHA da educação com que o Brasil precisa contar é mais delicada e importante que a escolha do titular do respectivo Ministério. O Ministro de Estado da Educação pode trazer metas para o cargo; mas pautando-se sempre por um plano estratégico de natureza qualitativa que lhe é superior e que deve preceder, tanto quanto sobreviver a seu exercício do cargo.

ESSE plano deve responder à pergunta: uma educação nacional, para quê? E é ele também que caracteriza o Ministério da Educação: a educação não é um fazer a que se atende com metas quantitativas; a educação é um ser, ou modo peculiar de ser.

VISTA desse ângulo, a educação nacional tem andado às cegas, desde quando o Ministério foi criado, separando-se do Ministério da Justiça. Salvo os momentos episódicos de discernimento que foram a reforma Capanema (1942) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961).

ANDA às cegas uma educação que tem como referência a construção de escolas, a difu-

são de cursos e universidades e os índices de matrículas nos diversos níveis. Porque se confunde assim o formal com o essencial; a escola e sua clientela com a educação: educa-se — se é que se educa — sem se saber por que e para quê. Essa confusão atinge as raias do desatino, se o Diário Oficial da União exhibe, como recentemente ocorreu, o Regimento Interno aprovado da futura Universidade federal num Estado recém-criado, que não dispõe sequer de Assembleia Legislativa e Constituição.

FALA-SE em redução ou erradicação do analfabetismo, sem se ter definido, com clareza, a razão e o objetivo do ingresso numa sociedade que se comunica através da escrita. Ou seja, pressupõe-se o mal a combater, sem o bem oposto a visar: alfabetiza-se como se a leitura e a escrita representassem automaticamente uma promoção social e uma redução das desigualdades. Fala-se em reforma ou melhoria do sistema de ensino dos Primeiro e Segundo Graus, na perspectiva da Universidade — a qual, na maioria das vezes, apenas diplomará, cancelando o cartorialismo que faz do diplo-

ma o passe para reservas de mercado, com empregos mais prestigiados e salários melhores. O que não faz muito tempo se repudiava sob o nome de bacharelismo, hoje proliferou e se diversificou.

O QUE queremos da educação? Crianças bem alimentadas dentro da escola e estudantes universitários a pagarem um centavo pelo bandejão, com os famintos fora da escola e no trabalho, a buscarem uma suplementação efêmera de calorias numa dose de aguardente? Cidadãos conscientes, mas em nível apenas do discurso — tanto melhor, se marcadamente ideológico — e sem projeto de vida e inserção no universo do trabalho e da produção? Um aumento dos doutos, para simples fortalecimento de corporações, que não enganam por se autodenominarem comunidades?

O NOVO Governo da República chega com a bandeira da modernização. O que significa, então, a educação para o Brasil modernizado, aberto, competitivo e atuante no cenário internacional? É a pergunta que fica.